



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004752-61.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **ANGELO DE ALBUQUERQUE PINHEIRO TEDESCHI**
Requerido: **EMBRATEL TVSAT Telecomunicações S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado com a ré contrato de prestação de serviços relativo à assinatura de televisão (CLARO TV), o qual, durante viagem que realizou, foi cancelado em abril/2013 por sua genitora munida de instrumento de procuração para tanto.

Alegou ainda que em maio a ré emitiu fatura com valor R\$ 0,00, de modo que o cancelamento se teve como perfeito, mas depois de retornar de viagem foi surpreendido com a notícia de que a mesma o inscrevera perante órgãos de proteção ao crédito.

Ressalvando que sua negativação foi por isso indevida, almeja à declaração da inexistência de dívidas para com a ré e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

Já a ré em contestação não impugnou especificamente os fatos articulados pelo autor e tampouco os documentos pelo mesmo amealhados, limitando-se a esclarecer que não houve falha na prestação de serviços a seu cargo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A ré em momento algum justificou de forma concreta a origem do suposto débito que rendeu ensejo à negativação do autor.

Chegou a salientar que quando da solicitação do cancelamento do contrato *"foi informado que possíveis saldos remanescentes poderiam ser cobrados, e caso houvesse multa de fidelidade por rescisão antecipada a mesma também poderia ser enviada nos próximos 3 meses após o cancelamento"* (fls. 43/44), mas não explicou ao que se referia a dívida em pauta, isto é, se atinava a algum valor remanescente pendente de quitação ou à multa rescisória.

Tais esclarecimentos seriam indispensáveis para a análise da regularidade da conduta da ré, não se podendo olvidar que já em maio de 2013 a fatura pertinente aos serviços foi emitida com valor R\$ 0,00 (fl. 12).

A conjugação desses elementos, aliada à falta de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que não há lastro minimamente sólido a respaldar o débito versado.

O ônus de demonstrá-lo era da ré, mas ela não se desincumbiu satisfatoriamente dele.

Impõe-se por essa razão o acolhimento do pedido formulado para a declaração de sua inexistência.

Ademais, sendo certo que a negativação do autor foi irregular, isso que basta para a configuração de dano moral passível de ressarcimento, de acordo com pacífica jurisprudência:

"Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento" (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

"Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica" (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência de qualquer débito do autor em relação à ré a partir de 06/04/2013 decorrente do contrato que celebraram, já rescindido, e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 19/20.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**